

# 1822 como “continuidade” da história da nação: o episódio da Independência do Brasil e a figura do herói D. Pedro na escrita de Francisco Adolfo de Varnhagen

1822 as the “continuity” of the nation’s history: the episode of the independence of Brazil and the figure of the hero D. Pedro in the writing of Francisco Adolfo de Varnhagen

Renilson Rosa Ribeiro<sup>2</sup>

RESUMO: Este artigo apresenta reflexões do historiador paulista Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) acerca do processo de independência do Brasil e o lugar de destaque do príncipe de D. Pedro presente na 1ª edição da obra *Historia Geral do Brazil* (1855-1857), numa articulação com os conceitos de história, identidade, memória e narrativa. Nessa perspectiva, este estudo tem por objetivo compreender escrita da história, vinculada a um lugar de memória – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sentida e ressentida nas páginas do livro-monumento de Varnhagen no contexto do Segundo Reinado e o projeto centralizador saquarema.

**Palavras-chave:** Independência do Brasil. D. Pedro I. Memória. História do Brasil. Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878).

---

2 Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com estágio pós-doutoral em Educação pela Universidade de São Paulo (Usp). Professor Associado de Didática e Prática de Ensino de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Docente permanente do Mestrado Profissional em Ensino de História e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem na mesma instituição. Pró-reitor de cultura, extensão e vivência (Procev) da UFMT. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT).

**ABSTRACT:** This article presents reflections by the São Paulo historian Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) about the process of independence in Brazil and the prominent place of the Prince of D. Pedro present in the 1st edition of the work *Historia Geral do Brazil* (1855-1857), in an articulation with the concepts of history, identity, memory and narrative.

From this perspective, this study aims to understand the writing of history, linked to a place of memory – the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB), felt and resentful in the pages of Varnhagen's book-monument in the context of the Second Reign and the centralizing project saquarema.

**Keywords:** Independence of Brazil. D. Pedro I. Memory. History of Brazil. Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878).

Ao entender o passado colonial como o lugar de nascimento da nação brasileira, o visconde de Porto Seguro – o historiador paulista Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) – reordenou os seus enredos e sujeitos a partir da lógica de que a independência seria um fim pré-estabelecido. O desfecho da história já era conhecido muito antes do início da escrita da trama. A nação era a verdade esperada e projetada pela sua narrativa. Não haveria quebras ou discontinuidades na linha interpretativa e temporal da *Historia Geral do Brazil*. O processo de independência não era necessariamente um acidente de percurso, mas uma passagem ou uma ponte que ligava o passado (colônia) com o presente (nação) do Brasil (RIBEIRO, 2015; Cezar, 2018).

O passado colonial devia estar no presente nacional. Em nome deste princípio, desta essência, Varnhagen inventou uma narrativa *continuum* para a história do Brasil. Para Rogério Forastieri da Silva (1997, p. 13-14), na historiografia da nação criada pela geração do historiador sorocabano havia que se *buscar no passado o presente da nação*. Assim, a história tenderia a constituir como uma biografia da nação:

Na tentativa de construir esta biografia, procura-se juntar elementos, eventos, sinais que sirvam de “testemunho” e justifiquem a nacionalidade nascente. A constituição dessa biografia é uma tarefa de gerações, de tal forma que ao passar o tempo, à força da constante repetição desde as primeiras letras até os bancos da universidade, com graus variados de acuidade e sofisticação, forjam-se determinados estereótipos, determinados temas que passam a ter um peso suficientemente marcante para dar consistência a um corpo que há pouco não existia. Aos poucos passa-se de hipóteses, de hipóteses, de suposições a afirmações, e a colônia é posta como um antecedente da nação. Constroem-se histórias nacionais e uma “história geral” passa por um somatório dessas histórias nacionais. A partir desta perspectiva a época colonial perde sua historicidade e passa ser um “momento” da história nacional, e essa, por sua vez, pelo fato mesmo de apresentar-se como “nacional”, unifica, homogeneiza, seleciona eventos supondo sempre uma direção unívoca, em que, mais uma vez, em nome da “história nacional” elide-se a própria história.

Com o intuito de fazer *o desvendamento do processo de gênese da nação*, Varnhagen e seus pares no IHGB atuaram de forma intensa na atividade

de *colligir, methodizar, archivar e publicar* documentos que ajudassem a construir uma história geral do Brasil, tomando o passado colonial como o *locus* privilegiado para o nascimento da jovem nação (GUIMARÃES, 1988, p. 6). Segundo François Hartog (2003, p. 24), para os historiadores franceses do século XIX, à semelhança de Varnhagen no Brasil:

[...] a nação é [...] ao mesmo tempo uma evidência, uma arma política, um esquema cognitivo e um programa histórico. [...] Ao longo de todo o século, os historiadores tentaram entender este momento fundador, e, portanto, inscrevê-lo e dar-lhe sentido no longo percurso da história da França.

A identidade ou caráter nacional seria para os artífices da história do Brasil no século XIX entendida e representada como primordial. Os elementos essenciais da nacionalidade, como observou Stuart Hall (2003, p. 53), seriam imutáveis para homens como Varnhagen. A essência do ser brasileiro estava lá – no passado mítico – desde a sua origem primeira, unificado, contínuo e eterno. Em todo lugar, tempo, fato e sujeitos possíveis era vislumbrada esta essência nacional em estado de latência, sendo gestada, até seu amadurecimento. Neste sentido, 1822 seria o momento da árvore da nação de Varnhagen florescer e dar seus frutos. O historiador-jardineiro Varnhagen elegeria aquela data como a melhor época para fazer a colheita, depois de 322 anos de espera e preparação. Em outras palavras, o filho (D. Pedro ou a colônia) estava preparado para se emancipar do pai (D. João VI ou a metrópole).



Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro (1816-1878).  
Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional

Para Varnhagen, a obra colonial estava completa e a nação emergia, saía do casulo. Era um nascimento que trazia no seu corpo, sangue e espírito o legado de uma paternidade – a origem portuguesa. O estabelecimento de uma monarquia constitucional nos trópicos, governada por um herdeiro natural da casa dos Bragança, confirmava o discurso da continuidade – da emergência do Brasil como um legado da Coroa portuguesa, de um processo iniciado pelo monarca pai D. João VI (1767-1826) e concretizado pelo regente filho D. Pedro (1798-1834), o primeiro Imperador do Brasil.<sup>3</sup>

Esta monarquia constitucional seria a responsável – de acordo com a interpretação de Varnhagen – pela promoção do progresso, a manutenção da ordem, a preservação da unidade territorial e a defesa do projeto civilizacional europeu. Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães (1988, p. 6),

Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da ideia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional.

A defesa deste projeto de escrita da história do Brasil, apresentada nas páginas da *Historia Geral do Brazil*, foi explicitada pelo próprio visconde de Porto Seguro em correspondência ao imperador D. Pedro II. Nesta carta, os fundamentos definidores da identidade da nação como um legado da colonização europeia no Brasil seriam apresentados de forma clara e direta:

Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a Portuguezes, ou à *extrangeira* Europa, que nos beneficia com illustração;

---

3 Segundo Michel Foucault (1999, p. 77-78), este tipo de narrativa histórica serviria para fortalecer o poder do soberano. Ela seria uma espécie de “*ritual do poder: mostra que o que os soberanos e os reis fazem jamais é vão, jamais inútil ou pequeno, jamais abaixo da dignidade da narrativa. Tudo quanto eles fazem pode e merece ser dito e é preciso guardar perpetuamente sua lembrança, o que significa que do menor feito e gesto de um rei se pode, e se deve, fazer uma ação brilhante e uma façanha; e, ao mesmo tempo, inscreve-se cada uma de suas decisões como uma espécie de lei para seus súditos e de obrigação para seus sucessores.*”

tratei de pôr um dique a tanta declamação e *servilismo* à *democracia*; e procurei ir *disciplinando* productivamente certas idéas soltas de nacionalidade; préguei quanto pude, a par da tolerancia, a unidade [...]. (CARTA ao imperador D. Pedro II, 14 de julho de 1857, coligida por Lessa, 1961, p. 247).

Na mesma correspondência, Varnhagen confidenciava ao imperador o compromisso de sua atividade intelectual com a construção de um projeto de unidade nacional dentro dos moldes propostos pelos saquaremas. Esta obsessão de unidade não estava restrita apenas a sua *Historia Geral do Brazil*, mas também em escritos como o seu *florilégio*. Nesta obra, lembrava ao monarca:

[...] escrevia biographias de Brasileiros de todas as provincias era para ir assim enfeixando-as todas e fazendo bater os corações dos de umas provincias em favor dos das outras, infiltrando a todos nobres sentimentos de patriotismo de nação, único sentimento que é capaz de desterrar o provincialismo excessivo, do mesmo modo que desterra o egoismo, levando-nos a morrer pela pátria ou pelo soberano que personifica seus interesses, sua honra e sua glória. (CARTA ao imperador D. Pedro II, 14 de julho de 1857, coligida por Lessa, 1961, p. 247).

Os propósitos de Varnhagen se coadunavam com as finalidades do IHGB expressas pelo discurso do secretário Januário da Cunha Barboza (1840, p. 14), na medida em que ambos desejavam a consolidação da unidade da nação por intermédio da tarefa historiadora de documentar e forjar uma memória para o Império brasileiro, superando as mazelas dos tempos das regências. Esta tarefa só seria possível por meio do acompanhamento da *marcha da nossa gloriosa Independência de monumentos historicos e geograficos*.

Neste relatório de novembro 1840, Januário da Cunha Barboza, de certa forma, anunciava o caminho que deveria ser seguido tempos depois por Varnhagen ao escrever a sua *Historia Geral do Brazil*, traçando uma relação intrínseca entre 1500 e 1822:

A nossa Historia necessitava de uma luz que a fizesse sahir do obscuro cahos, em que a lançarão os dyscolos, ou apaixonados inimigos

da nossa gloria; e ella foi accendida no dia 21 de Outubro de 1838. Esta luz, apparecendo nutrida pelos desvelos de uma Associação de Litteratos, como os que já formão o respeitavel corpo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, deve projectar seus reflexos não só á mais remota posteridade, como também sobre os factos, que enchem o largo periodo de 322 annos, que começando da feliz descoberta de Pedro Alvares Cabral, terminou com a proclamação da nossa gloriosa Independencia, desprendida nas margens do Ypiranga dos labios do Senhor D. Pedro I, Immortal Fundador do nosso Império, e acolhida com electrica celeridade pr todos os filhos da Terra de Sancta Cruz, em cujos corações Independencia, Throno, e Liberdade Constitucional são fibras indispensaveis ás funcções de sua existencia política. (BARBOZA, 1840, p. 247).

A experiência do tempo transformada, sentida e vivida pela geração de Varnhagen a partir do episódio da independência não se traduziu, em última análise, em ruptura, mas sim em fabricação de uma história pautada pela ideia de unidade e continuidade:

[...] explicitas na metáfora do fio, que constituem um campo de experiência diferente da galeria de exemplos isolados. Paralelamente, as demandas por imitação do passado e dos efetivos virtuosos perdem o caráter de repetição para assumir a dimensão da experiência. Esse conceito assume uma função central no relacionamento dos homens com a história. Não se trata aqui de conhecer um repertório limitado de situações e, a partir desse conhecimento, saber como se comportar quando de seu retorno, mas de acrescentar e acumular experiências produzidas no passado que devem garantir a superioridade do presente e do futuro. (ARAÚJO, 2008, p. 154).

O passado colonial pela experiência da independência tornava-se o lugar do tempo da formação da nacionalidade brasileira. (ARAÚJO, 2008, p. 154). A história, para esta elite letrada em torno do IHGB, era um importante instrumento político e sua escrita envolvia escolhas pautadas por jogos de interesses. A este grupo de homens letrados e, em sua maioria funcionários do Estado, era incumbida a tarefa de fazer uma história que atendesse aos fins do reinado de D. Pedro II: o símbolo do presente do Brasil. (GUIMARÃES, 1988, p. 10).

O próprio Varnhagen deixou evidente a importância do conhecimento da história para o governo ao analisar as escolhas feitas pelo regente D. João de seus ministros de Estado no contexto da vinda da família real para o Brasil:

D. Rodrigo, logo conde de Linhares, seguiu com a pasta dos negocios da guerra e estrangeiros. A da fazenda e interior (negocios do Brazil), foi confiada a D. Fernando José de Portugal. logo marquez de Aguiar, que de todos os fidalgos que estavam com elrei era o que melhor devia conhecer o Brazil, pelos annos que fôra governador da Bahia e vice-rei do Rio de Janeiro. Esta escolha nos evidencêa não só a intenção do regente de occupar-se principalmente do Brazil, como a sua prudencia em querer mais conhecer o passado para corrigil-o e melhoral-o, que impôr ao paiz uma subita importação de instituições estranhas a elle, as quaes de ordinário radicam mal, se é que já em tempos anteriores não revele a propria historia colonial que foram improficuamente ensaiadas. E' assim que os estudos acerca do passado de uma nação nunca são inuteis para o governo della, como muitos politicos improvisados querem desdenhosamente inculcar, para não dar importância ao que não aprenderam, e que alias devera nas universidades ensinar-se com o direito administrativo, até porque as glorias communs da mesma historia suscitam mais sympathias mutuas e por conseguinte das vicissitudes por que passou o paiz, quer como colonia dependente, quer como estado sujeito, quer finalmente como nação livre, é essencial ao estadista que pretende governar com prudencia e emprehender reformas de boa fé. – Para edificar solidamente necessita o architecto conhecer o terreno; se já alguma vez desabou, se ha nelle ruinas, cujas pedras e alicerces possam aproveitar-se; se tem matos que se devam cortar, utilizando-se as madeiras etc. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 313-314).

O período joanino no Brasil teria uma avaliação favorável por parte de Varnhagen. Na sua *Historia Geral do Brazil*, a atuação do rei D. João VI e seus ministros criariam as condições para o estabelecimento do Brasil como futura nação independente. D. João VI abriria uma nova página para um império em processo de constituição. A abertura dos portos às nações amigas, as medidas de incentivo à economia, a elevação do Brasil a Reino Unido, as obras urbanas e o estímulo à cultura foram os ingredientes que, na sua leitura, habilitaram a colônia a ser uma nação



independente. Além disso, considerou eficiente estratégia de integração a eleição do Rio de Janeiro como capital e sede do governo:

A academia de marinha, a de artilheria e fortificação, o archivo militar, a typographia regia, a fabrica da polvora, o jardim botanico (por meio do qual se propagaram, entre outras plantas da Asia, as do chá, graças ás primeiras remetidas de Macáu pelo dezambargador Arriaga), o novo theatro (antes só existia o de S. Januario), a bibliotheca nacional, dada generosamente pelo proprio principe, e aberta ao publico em 1814, e por fim a academia de bellas artes, o banco e os estabelecimentos ferriferos do Ipanema são instituições mais que sufficientes para que, para todo o sempre, o Brazil bemdiga a memória do governo de D. João. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 317).<sup>4</sup>

Para o visconde de Porto Seguro, em razão de sua administração, o avô paterno de D. Pedro II era, se não o *primeiro imperador*, ao menos o “*verdadeiro fundador do império*” do Brasil. Ele lançaria os alicerces da obra que seu filho e neto iriam depois levantar a *casa* da nação. A pretensão de construir o Império do Brasil era documentada por Varnhagen com o manifesto de guerra à França feito por D. João, em 1º de maio de 1808. Nesta declaração teria o regente afirmado que no Brasil iria “*crear um novo império*”. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 315).

Entretanto, o governo de D. João VI não era isento de críticas por parte de Varnhagen. Ele fez severas restrições ao ministro dos negócios D. Fernando José de Portugal (1752-1817), o marques de Aguiar, por ter cometido erros inadmissíveis para a sua função, especialmente tendo conhecida experiência administrativa como governador da Bahia e vice-rei do Rio de Janeiro:

Infelizmente porem o márzez de Aguiar, alias prudente, integro e sensato, com todos os seus annos de mando no Brazil, desconhecia o paiz em geral, era pouco instruido, e sobretudo nada tinha de grande pensador original, para ser o estadista da fundação do novo imperio. Minguado de faculdades creadoras, para sacar da propria mente e da meditação fecunda as providencias que as necessidades do paiz fossem dictando, o marquez de Aguiar parece ter começado por consultar o almanack de Lisboa, e á vista delle ter-se proposto

---

4 Conferir também as seções XLVIII, XLIX, L, LI, LII, LIII, LIV e LV.

a satisfazer a grande comissão que o príncipe lhe delegára, [...].  
(VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 316).

D. João era descrito como o *Enéas do nosso império*, assumindo o papel de protagonista das tramas varnhagenianas para narrar a antessala da independência do Brasil. Ele era tido, pelo discurso moralista do visconde de Porto Seguro, como bom filho, pai e rei por conta do seu fervor religioso. Era apresentado como *perfeito modelo de um soberano amante do povo*:

D. João era naturalmente bom, religioso e justo. A historia de Portugal lhe chama por antomasia o Clemente; e o carinho e delicadeza com que se occupou da augusta-mãe enferma, e o não querer cingir-se a corôa real, pelo alias facil meio de uma abdição que podia insinuar, nos evidencêa como foi bom filho. – Sua devoção e animo religioso eram tão reconhecidos que não faltou quem chegasse a calumnial-o de supersticioso. [...] De seu espirito de justiça e rectidão temos exemplos patentes no modo como recompensou tantos dos seus bons servidores, e nós pessoalmente recolhemos outros dos papeis originaes de muitos expedientes de negocios desse tempo no Brazil, que vimos, e em cujas margens encontrámos de sua propria lettra notas sufficientes para comprovar que o príncipe tinha no coração gravado sentimento de que a verdadeira missão dos reis e observar a lei e administrar justiça á grei. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 314-315).

Ao construir o perfil de D. João VI, Varnhagen procurava por intermédio de um discurso moral e conservador estabelecer um modelo de governo e uma interpretação sobre o processo de emancipação. O bom governo de D. João VI não estava apenas no seu perfil de homem bom, mas sim na sua capacidade de manter a unidade entre as partes constituintes do Brasil e de estabelecer a ordem sufocando as insurreições locais. Para o visconde de Porto Seguro, a prova da habilidade de governar com a ordem e o progresso de D. João VI foi a sua atuação no combate à Revolução Pernambucana de 1817.

No tribunal da história, presidido pelo historiador-juiz sorocabano, o rei era ascendido à condição de herói no panteão nacional por evitar a fragmentação da futura nação, enfrentando a insurreição. Os revoltosos, contaminados por posições ultraliberais, ideais enciclopedistas e boataria

sobre os excessos praticados no Rio de Janeiro, seriam no mesmo tribunal varnhageniano, condenados por cravarem entre as monumentais seções da sua *Historia geral Brazil*, dedicadas aos feitos do *benéfico Sr. D. João*, uma pouca simpática sobre a Revolução Pernambucana de 1817. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. LIV). A partir da análise da sua postura judiciosa, Martha Victor Vieira (2006, p. 2) observou que:

O discurso da imparcialidade, condizendo com a cultura historiográfica do período, ajudou a conferir legitimidade para a narrativa de Varnhagen que, agindo como um árbitro, não raro, emitia o seu veredicto condenando a ambição daqueles que movidos por interesses pessoais e vingança atentavam contra os interesses da Pátria.

Sua intenção era escrever uma história nacional que primasse pela verdade. Seu envolvimento com a Coroa, porém, parecia ser maior que seu compromisso com a ciência, por isso censurou alguns episódios considerados descabidos e injustos. Afinal, acreditava que tinha a responsabilidade de servir a ideais civilizadores, a fim de colaborar para o desenvolvimento da nação emergente.

No estabelecimento de uma narrativa condenatória dos eventos em Pernambuco, corroborando o retrato desenhado acima, Varnhagen convidou o leitor a ajudá-lo na confirmação do seu juízo de que aquela revolução, assim como as outras dos tempos colônias e as que eclodiriam no período das regências, seria sem motivo. Por entender que o Brasil ali já seria uma totalidade, não caberia fissuras ou rivalidades entre as partes. Na sua leitura, a colônia, desfrutando da condição de Reino do Brasil, seguiria o caminho natural e hereditário da emancipação sem a necessidade daquela revolta:

Ao sensato leitor brasileiro que tenha reflectido no estado próspero do Brazil, que se collige de quanto fica referido nas precedentes secções, deixamos que sinta e decida em consciencia se lhe parece que haveria motivos para que, em alguma extensão maior do Brazil, se intentasse uma revolução contra o benéfico Sr. D. João, e contra a integridade do seu predilecto reino de novo creado, -- então verdadeiramente centro e cabeça de um grande imperio, maior que os dois romanos, que estendia seu poder, na actual Oceania, ás ilhas de Solor e Timor; na Ásia, aos estados de India portugueza e á feitoria

de Macau; em Africa, aos terrenos de Moçambique de dependencias, ao reino de Angola, e ás ilhas de S. Thomé e de Cabo Verde, e na Europa, ao reino de Portugal, com ilhas adjacentes de Madeira e Açores, -- se é que estas e sobre tudo aquella se devem considerar como da Europa. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 373).

O destino do Brasil como nação, segundo Varnhagen (1857, t. 2, p. 375), não estava em datas como 1817 e muito menos 1789. A integridade do império era resultado de outra data: 1808, ano da vinda da família real para o Brasil. A “*madureza da independencia procederia da carta regia sobre o franqueo dos portos, e por conseguinte ao mez de janeiro de 1808, e que, portanto, com base na sua retórica da continuidade, com mais glória para o Brazil, que dest’arte remonta a sua emancipação colonial da Europa a uma epoca anterior á de todas as republicas continentaes hispano-americanas*”.

A Revolução Pernambucana de 1817 seria uma tragédia para o monarquista Varnhagen, pois significaria a emergência de uma república dentro do integro império luso-brasileiro. E como toda ameaça republicana que pairava no ar no passado e no presente era objeto do ataque voraz de sua pena nas páginas da *Historia Geral do Brazil* e de outros escritos, celebrando a retomada pelas tropas da ordem real e os julgamentos dos revoltosos.<sup>5</sup>

As revoltas com aspiração republicanas contra a ordem colonial seriam, para o visconde de Porto Seguro, uma selvageria, recebendo adjetivações sempre negativas. Eram marcas de um provincialismo interesseiro que se deveria deixar de lado, pois – repetia em tom de conselho e advertência:

[...] todas as províncias tambem sabem que nos povos mui faceis são as separações, ao passo que muito custam a effectuar-se novas uniões. E senão que o digam os vãos esforços dos povos da Allemanha e da Italia para reorganisar uma nova Germânia ou um só estado ítalo. (...) Ao provincialismo associam-se apenas idéas de *interesse* provinciaes, quando principalmente as da gloria andam annexas ao patriotismo,

---

5 Segundo Arno Wehling (1999, p. 34-35), em nome do discurso da centralização política e da unidade territorial do Império, Varnhagen construiu sua narrativa do passado colonial e do processo da emancipação marcada pela celebração de determinados fatos e personagens e silenciamento ou desvalorização de outros, que poderiam permitir o aparecimento de versões diversas.

sentimento tão sublime que faz até desaparecer no homem o egoísmo, levando-o a expôr a própria vida pela pátria, ou pelo soberano que personifica o seu lustre e a sua glória. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 392).

Na *História Geral do Brasil* e na *História da Independência do Brasil*,<sup>6</sup> a última só publicada postumamente, Varnhagen traçaria os fios das tramas da independência a partir de três ações decisivas de D. João VI para a formação de uma nação brasileira: 1) a vinda da família real em 1808, transferindo a sede do império português para os trópicos; 2) a elevação da colônia à categoria de Reino, em 1815, agregando as diferentes partes num único corpo político e territorial; 3) a opção do rei D. João VI em regressar para Portugal, atendendo as pressões das Cortes, mas deixando D. Pedro como príncipe regente (VIEIRA, 2006, p. 3).

Ao apresentar esta interpretação do processo de independência do Brasil, Varnhagen descreveu os acontecimentos que conduziram ao episódio do 7 de setembro de 1822, às margens do riacho do Ipiranga, como resultantes do protagonismo de personagens da família real, em especial o pai-monarca D. João VI e o filho-regente D. Pedro. O fiel súdito da casa dos Bragança oferecia, portanto, ao seu soberano uma narrativa da nação que legitimasse o governo monárquico e a sua sucessão. É nítido o permanente uso por parte do historiador-diplomata, em diferentes situações, da ideia de legado ou herança como importante estratégia discursiva de legitimidade do mundo que ele vivia e ajudava a transformar numa metanarrativa identitária inquestionável.<sup>7</sup>

Segundo Wilma Peres Costa, a interpretação elaborada por Varnhagen para a formação do Brasil como corpo político autônomo, além de enfatizar as continuidades entre a colônia e a nação, atribuiu a essas conotações marcadamente positivas:

---

6 Cf. Francisco Adolfo de Varnhagen, na obra *Historia da Independencia do Brasil, até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos occorridos em algumas províncias até essa data*, publicada na RIHGB, no v. 79, de 1916.

7 Para uma crítica sobre as mitologias constituintes da identidade nacional brasileira, cf. De Decca, 2002, p. 7-20.

[...] valorizava-se com ela a obra civilizadora da monarquia portuguesa e seu papel na construção da nação. O Brasil Independente, colônia que amadureceu para se tornar nação sob a égide benevolente da mão pátria, expressava, em Varnhagen, a vitória da civilização européia sobre a barbárie autóctone.

A obra máxima do engenho fora a apropriação e consolidação de um território, legado intacto à nova nação. (COSTA, 2005, p. 58).

Dessa maneira, Varnhagen soterrou pelo discurso unificador e hegemônico do ser brasileiro – daquele que aderira à causa do Brasil – diferentes identidades que tinham se forjado na colônia (cf. MATTOS, 2004; 2005). Para István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta (2000, p. 140), no final do século XVIII e início do XIX não existiam *brasileiros*, *nenhuma identidade política coletiva ultrapassando o regional*, o que havia eram identidades variadas que apresentavam três diferenças básicas: a regional, a americana e a portuguesa:

Na verdade, isso não é de surpreender. A força coesiva do conjunto luso-americano era indiscutivelmente a Metrópole, e o *continente do Brasil* representava, para os colonos, pouco mais que uma abstração, enquanto para a Metrópole se tratava de algo muito concreto, a unidade cujo manejo impunha esta percepção. É por isso que é correto afirmar que “a apreensão de conjunto das partes a que ‘genericamente’ se chamou de Brasil” estava “no interior da burocracia estatal portuguesa”.

A ideia de totalidade desejada pelos escritos do Visconde de Porto Seguro precisava cobrir, como se fosse o manto real, o mosaico das identidades que coexistiam no Brasil. E seria a partir da imagem da monarquia que inventaria uma identidade para a jovem nação. A exaltação de D. Pedro I seria uma forma de lembrar o seu descendente, D. Pedro II. Nesta perspectiva, o historiador não fugia aos compromissos do IHGB com o seu mecenas.<sup>8</sup>

A figura do regente D. Pedro, nas páginas da *Historia Geral do Brazil*, emergiria como o grande herói da independência, superando em espaço e elogios a personagem de José Bonifácio de Andrade e Silva (1763-1838),

---

8 Cf. Guimarães, 1995.

conhecido como o *Patriarca da Independência*. Varnhagen seria o representante de uma rede historiográfica antipatriarca, apresentando José Bonifácio com ambiguidade e reservas. A sua dessacralização era uma tarefa não apenas política e ideológica, mas também uma questão de família, uma vez que José Bonifácio havia ofendido o pai de Varnhagen na época da fundição de Ipanema, em Sorocaba. Não seria por mero acaso que a *Historia Geral do Brazil* teria uma seção inteira dedicada à reabilitação da memória do tenente-coronel Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen (1783-1842) – seu pai,<sup>9</sup> enquanto o patriarca era lembrado em uma nota quase no fim do tomo II.<sup>10</sup>

As providências das Cortes de Lisboa, após a revolução constitucional de 1820, desejando “*submitter o Brazil ao antigo estado de colônia*” e a não submissão do próprio herdeiro da Coroa a esta ordem foram alguns dos elementos apontados por Varnhagen que *aceleram o processo natural* de emancipação. Tomado por sentimento de indignação, como se quisesse com suas próprias mãos fazer justiça, o autor da *Historia Geral do Brazil* teceu severos ataques às decisões das Cortes, responsabilizadas pela forma como se deu a separação entre Brasil e Portugal:

Estava ja lançado o pomo da discordia; mas, como se as côrtes não quizessem que de forma alguma se questionasse a todo o tempo a procedencia delle, não parou nas suas providencias de oppressão. Para si haviam sido liberaes: haviam abolido a inquizição, proclamado a imprensa livre, a negação do veto e dos privilegios ecclesiasticos e seculares; e eis que começam, sem esperar ao menos a reunião dos deputados do Brazil, a legislar contra este estado; isto quando a provincia e côrte do Rio de Janeiro soffria dolorosamente pela falta de subsidios e falencia do banco; e quando o principe regente escrevia do Rio a seu augusto pae, lastimando sua situação e falta de meios, para accudir ás despesas da sua côrte, sem outras mais rendas que as da provincia, e pedindo-lhe inclusivamente que não compromettesse a dignidade de seu filho, que tambem era a sua. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 417).

---

9 Cf. Varnhagen, 1857, t. 2, seção LIII.

10 Segundo Temístocles Américo Cezar (2005, p. 207), o pai e o patriarca são personagens em tramas urdidas pela pena de Varnhagen. Nos dois casos estão expressos os limites da imparcialidade de um historiador, questão, segundo Hannab Arendt, decisiva no século XIX para toda historiografia que procurava se afastar da poesia e da lenda, e que, no entanto, era difícil de se reconhecer.

De sua sentença condenatória, Varnhagen (1857, t. 2, p. 399) inocentaria a figura de D. João VI, visto que “*elrei amava muito o Brazil, e via-se nelle bastante querido*”. Caberia na sua narrativa a D. Pedro, príncipe herdeiro, concretizar a missão iniciada pelo pai monarca. A partir do regresso da família real e das pressões das Cortes, D. Pedro seria o protagonista do processo de independência, sendo aclamado – inclusive pelo próprio visconde de Porto Seguro – como aquele que evitaria o regresso do Brasil à condição de colônia. O príncipe regente, como já foi observado, superaria o próprio patriarca José Bonifácio, que para o historiador sorocabano não seria uma figura que estava acima da história. Ele não faria jus ao título de patriarca e de herói.<sup>11</sup>

Diante das ameaças das Cortes, os levantes nas diferentes partes do Reino e os confrontos entre brasileiros e realistas, o D. Pedro descrito por Varnhagen se sobressairia como liderança e única via de se preservar a integridade do Brasil, evitando o caos vivenciado pelas ex-colônias espanholas tomadas pela onda republicana.<sup>12</sup> A opção por ficar no Brasil era tida como a mais acertada para o bem da futura nação, uma vez que para o historiador monarquista, num tom providencialista, significava a manutenção da casa reinante, da ordem e da unidade:

Não faltaram Portuguezes que vissem nesta resolução do príncipe desobediência, deslealdade e até traição; entre tanto é certo que elle não fez mais que seguir os impulsos da prudencia, e a recomendação de seu proprio pai antes de partir para a Europa. A agitação no Brazil não podia ser maior. Abandonar nesta conjunctura aos furores das tempestades politicas a terra que o hospedára e a seu pai, no momento do perigo, deixar entregue aos horrores da anarchia a patria dos seus filhos, a joia mais preciosa da corôa que por direito de successão lhe devia um dia caber, fôra mais que deslealdade a seu pai, fôra ingratição ao paiz acolhedor, fôra um crime ante a humanidade. O príncipe seguiu o partido que devia seguir; mas esta

---

11 Juízos mais severos à figura de José Bonifácio podem ser identificados na sua *Historia da Independencia do Brasil, até ao reconhecimento pela antiga metrópole, comprehendendo, separadamente, a dos successos occorridos em algumas províncias até essa data*. (Varnhagen, 1916, p. 139-140).

12 Para Martha Victor Vieira (2006, p. 7), no discurso varnhageniano a política das Cortes “*teve uma positividade porque fez as provinciais se unirem em prol da separação, o que favoreceu a unidade. Esse aspecto da narrativa nos parece bastante pertinente, na medida em que ele argumenta que a união do “Brasil num só Estado”, congregando, de norte a sul, provinciais tão distantes entre si, foi beneficiada pela oposição às atitudes das Cortes*”.



generosa resolução era ja um primeiro acto de rebeldia aos decretos das côrtes: tudo o mais que se segue foi consequencia logica d'elle. Toda a philosophia se abisma e calla onde factos tão contradictorios e como sobrenaturaes, e o historiador confuso ao buscar a explicação das causas e dos effeitos, se prosterna ante a sábia Providencia que nos havia destinado o principe D. Pedro para personificar no acto da separação a integridade do Brazil. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 426-427).

Embora apresentasse uma diversidade de sujeitos e agentes envolvidos no processo de independência do Brasil, Varnhagen encaminhou a trama em torno das ações e reações do príncipe regente. O nascimento da nação era narrado, enfim, como fruto dos eventos políticos coordenados pelas autoridades do Estado – os grandes personagens tradicionalmente presentes nas páginas dos manuais escolares e memorizados há tempos pelas crianças e jovens nas aulas de História.<sup>13</sup> O Brasil de Varnhagen, bem como o novo Império nos trópicos, teria sido obra das mãos do D. Pedro I. A biografia de D. Pedro I (sua biografia) se confundiria com a própria história da fundação do Império do Brasil nas páginas da primeira edição da *História Geral do Brazil* e, posteriormente, da *História da Independência do Brasil*.<sup>14</sup>

Para o visconde de Porto Seguro, 7 de setembro era a coroação de um projeto de longa data, remontando os feitos da dinastia dos Bragança, protetora do Brasil. A independência proclamada por D. Pedro I era o único caminho, pois *se assim não procedesse, e elle se separa, por si só se retalha, e se perde na anarchia*. (VARNHAGEN. 1857, t. 2, 1857, p. 438)<sup>15</sup>.

---

13 Para uma reflexão sobre o papel dos heróis nacionais no ensino da História como parte do projeto de fabricação da identidade nacional brasileira, cf. Miceli, 1994; Fonseca, 2003; Gasparello, 2004; Ribeiro, Valério, 2013.

14 Segundo Wilma Peres Costa (2005, p. 59), “é relevante observar que “continuidade” enfatizada por Varnhagen decorreu de uma postura política e não do reconhecimento de algo “realmente existente”, pois ele próprio reconhecia que “na época da Independência, a unidade não existia: Bahia e Pernambuco algum tempo marchavam sobre si, e o Maranhão e o Pará obedeciam a Portugal, e a própria província de Minas chegou a estar por meses emancipada”.

15 A preocupação em fazer justiça à memória de D. Pedro I era apresentada pelo próprio Varnhagen nas suas cartas ao Imperador D. Pedro II: “Era necessário começar por não me constituir adulator, para melhor encaminhar commigo o leitor a crer o que logo depois digo em tópicos mais melindrosos e essenciais à heroicidade. Como chronista poderei ser mais adulator ou panegyrista, como historiador produziria effeitos negativos. Creio que faço justiça ao Sr. D. Pedro 1<sup>o</sup>”. (CARTA ao imperador D. Pedro II, 14 de julho de 1857, coligida por Lessa, 1961, p. 247).

O príncipe regente, segundo as transcrições da correspondência com o pai D. João VI, proclamava a emancipação como resposta a um conselho paterno (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 433-434).

Esta data de celebração não significava a ruptura, mas a preservação da integridade de um Brasil uno, ou melhor, que se desejava uno pelo ideal centralizador saquarema do qual Varnhagen era porta-voz e artífice da sua história. A narrativa desta luta pela defesa da unidade territorial e política remontava aos tempos coloniais em episódios como a fundação do governo geral de Tomé de Souza, as guerras contra os holandeses, a criação do principado e a vinda da família real:

O Brazil conta ainda hoje, e contará eternamente, o dia 7 DE SETEMBRO, como o primeiro do anno no kalendario das festividades nacionaes. E com fundamento. Nesse dia nasceu a nação, renascendo são e salvo o reino que emancipára elrei D. João VI, o principado que creára D. João IV, o estado que fundára D. João III. -- Tambem por todas estas razões devêra Portugal festejar este dia, pois de certo que, sem a resolução tomada em 7 de setembro de 1822, não podêra regosijar-se de ver hoje tão próspero, e alimentando em grande parte o seu commercio e marinha mercante, este seu filho, descançando á sombra do solio brigantino, e seguro, esperamos em Deus, de correr a sorte de outros que... não foram tão afortunados. O Brazil não deveu a D. Pedro a sua emancipação, que essa consummada estava desde 1808, e era impossível retroceder, até em vista do tratado celebrado em 1810 com Inglaterra: deveu-lhe porém a sua *integridade*, e deveu-lhe a sua integridade, e deveu-lhe a monarchia, que foi symbolo de ordem no interior, e de confiança no exterior; e por fim veiu até dever-lhe a dynastia, pela sua abdicção feito muito a tempo para a poder salvar. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 438-439).

Na sua *Historia Geral do Brazil*, o Brasil era um legado transferido entre dinastias. D. Pedro I havia preservado a integridade da nação e cabia ao filho D. Pedro II consolidar o Império, mantendo a ordem, a unidade e o progresso. Com o primeiro imperador “*a independência e o imperio ficam proclamados; e este com bandeira, escudo d’armas, ordens de mérito, laço e hymno nacional*” (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 442).

E foi a partir deste fato, a proclamação da independência, que Varnhagen encerrou *a Historia Geral dos Primeiros anos do Imperio* e também

o longo percurso trilhado pelo Brasil na sua formação como nação. Para o historiador-diplomata, o poder esteve sempre com D. Pedro I. Ele havia nascido para cumprir “*o destino de herói nacional. A regência, pelas lentes varnhagenianas, teria sido a preparação final para que o príncipe, pronto para o exercício de governar, assumisse a liderança do Estado imperial brasileiro*” (BITTENCOURT, 2006, p. 45).

Na sua *História Geral do Brazil*, bem como na sua correspondência ao Imperador, Varnhagen deixava transparecer sua preocupação em lidar com questões referentes à história política do Brasil pós-Independência. Ele temia que era ainda muito cedo para se firmar juízos definitivos sobre fatos e personagens. Logo, esta era uma tarefa para um futuro ainda indeterminado:

Desejava chegar com a redacção ao anno de 1825 e comprehender a Constituição, e reconhecimento da Mãe Pátria e o nascimento de V. M. I., mas não me foi possível. Tão espinhosa é por enquanto a tarefa da imparcial narração desse período, sobretudo para um nacional. Daqui a poucos annos não o será. (CARTA ao imperador D. Pedro II, 06 de maio de 1853, coligida por Lessa, 1961, p. 201).

Ao transcrever na última página do livro-monumento a carta enviada de bordo por D. Pedro I ao seu filho, Varnhagen a transformava em uma espécie de testamento que delegava ao filho o futuro de um Império, cuja história ainda estava viva e latente, esperando que fosse escrita:

Meu querido filho e meu Imperador: Muito lhe agradeço a carta que me escreveu, eu mal a pude ler porque as lagrimas erão tantas que me impedião o ver; agora que me acho, apesar de tudo, hum pouco mais descansado, faço esta para lhe agradecer a sua, e para certificar-lhe que em quanto vida tiver as saudades jamais se extinguirão em meu dilacerado coração.

Deixar filhos, patria e amigos, não pode haver maior sacrificio; mas levar honra illibada, não pode haver maior glória. Lembre-se sempre de seu pae, ame a sua e minha patria, siga os conselhos que lhe derem aquelles que cuidarem na sua educação, e conte que o mundo o ha de admirar, e que eu me dei de encher de ufanía por ter um filho digno da pátria. Eu me retiro para a Europa: assim he necessario para que o Brazil socegue, o que Deus permitta, e possa para o futuro chegar

áquelle gráu de prosperidade de que he capaz. A Deus meu amado filho, receba a benção de seu pae que se retira saudozo e sem mais esperanças de o ver. – D. Pedro de Alcantara. Bordo da náu Warpite, 12 de abril de 1831”. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 443).

Para Varnhagen, o menino D. Pedro II não fora abandonado, e sim tinha herdado um Império. Esta era a sua missão, ou melhor, a que Varnhagen fazia crer que era a de D. Pedro II. Em nome deste presente – o do Segundo Reinado – o passado deveria ser documentado, organizado e escrito por Varnhagen. *A Historia Geral do Brazil* era a epopeia que interpretava e legitimava o Império para o próprio Império, ou seja, para os diferentes sujeitos que constituíam esta comunidade imaginada. No corpo do monarca traduzia-se o corpo político da nação. Em torno da construção da memória do imperador-herói D. Pedro I se envolveria os construtores do império em discursos, biografias e monumentos ao longo do Segundo Reinado (SOUZA, 1999). De acordo com Wilma Peres Costa (2005, p. 59-60):

Se interrogarmos a obra de Varnhagen em busca do significado nela atribuído á Independência na construção do Estado e da Nação, verificaremos que este significado é diminuto, pois ambos (Nação e Estado) estavam já configurados na colonização portuguesa. A ação colonizadora, semente europeia lançada em solo bárbaro, é entendida como ação civilizadora que se impõe sobre a barbárie, cristianizando índios e escravos, estabelecendo e defendendo essa imensidão territorial. A Independência, feita sob a égide da legitimidade monárquica, foi o gesto pelo qual esse legado se transmitiu, cabendo aos herdeiros defendê-lo e preservá-lo em sua integridade e soberania.

A resignificação da figura de D. Pedro I como o arauto da liberdade e da ordem, segundo Zina Maria Valdetaro (2008), fazia parte da experiência imperial brasileira fundada na premissa da expansão para dentro. Neste conjunto de elementos simbólicos, forjados pelos dirigentes do Estado imperial, sob a direção saquarema, trazia-se a meta de inscrever o discurso da ordem nas almas dos súditos-cidadãos brasileiros espalhados pelo vasto território.

A presença simbólica de D. Pedro I, seja pela estátua equestre de autoria do escultor francês Louis Rochet (1813-1878), seja pelo quadro

monumental criado pelo do pintor Pedro Américo (1843-1905), atenderia a tarefa de inventar uma identidade nacional para os brasileiros. Em larga medida, esta era também a meta dos letrados do IHGB e da produção historiográfica do visconde de Porto Seguro.<sup>16</sup>



Pedro Américo: Proclamação da Independência, 1887-88. Óleo sobre tela, 415 x 776 cm.  
São Paulo, Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

A obra de Varnhagen, respaldada pelo discurso da continuidade, iria ajudar a definir uma interpretação sobre o evento do 7 de setembro nas margens do riacho do Ipiranga, baseada no depoimento do próprio D. Pedro I, de 1823, em testemunhos de época e estudos históricos. A sua *Historia Geral do Brazil*, para Iara Lis Schiavinatto (2002, p. 82-83), reafirmaria “a tríade grito, Ipiranga, figura de D. Pedro que acabou por conformar um cenário, uma ação, um protagonista para o ato que inaugura a nação”.

Estas representações, produzidas neste tipo de escritos fundacionais, aos poucos constituíram uma imagética do *Grito do Ipiranga* como o momento do nascimento da nação brasileira, que ocuparam o imaginário coletivo nacional principalmente pelas obras artísticas. Imagens como o

---

16 De acordo Arno Wehling (1999, p. 193), as interpretações de Varnhagen sobre o processo de Independência mostraram-se paradigmáticas, transformando-se “matrizes de uma versão que, no século XX, seria depreciativamente apodada de “oficial”. Embora contestadas num ou noutro ponto desde as obras de juventude de Capistrano de Abreu e por historiadores positivistas, as idéias de Varnhagen sobre o assunto continuaram dominando a historiografia, o conhecimento histórico vulgarizado pedagogicamente e a simbologia política até a década de 1930. Para uma análise da temática da independência na historiografia brasileira”, cf. COSTA, 2005, p. 53-118.

quadro *Proclamação da Independência* [ou *Independência ou Morte*], de Pedro Américo, que povoaram as páginas dos livros e manuais escolares de História e as festas cívicas em diferentes momentos da história política do Brasil.<sup>17</sup>

Segundo Iara Lis Schiavinatto (2002, p. 82), o referido quadro de Pedro Américo sobre a proclamação da independência:

[...] de uma ação decisiva e militarizada que declarasse a independência. O quadro tornou-se peça-chave do Museu Paulista e reitera, no presente, o mesmo gesto fundador. Feito em 1888 e apresentado, primeiramente, para majestades inglesas, italianas e brasileiras em Florença, o quadro definiu uma cena primeira e única do fato histórico que funda a nação e foi elaborado por meio de uma série de referências da pintura histórica e acadêmica oitocentista. A força desse quadro, sua repercussão, contínua divulgação e repetida publicação acabaram por erigi-lo na própria cena da independência ou na imagem do próprio fato. Recentemente, na minissérie de TV *O Quinto dos Infernos* com o enredo baseado mais numa versão literária, fabulosa, em tom carnavalesco e caricatural, quando a narrativa exige que se mostre o ato da independência, evoca-se a mesma formatação geral da cena de Pedro Américo, homens a cavalo, no cume da colina, espada ao alto a fim de comunicar ao espectador que ali D. Pedro estaria inventando um país, como dizia o personagem Chalaça. A forte presença dessa imagem na memória nacional colocou numa espécie de limbo, num lugar opaco, outras cenas e representações, marcadamente públicas, em torno do processo de autonomização do Brasil.

O relato do episódio do próprio D. Pedro I, a *Historia Geral do Brazil*, de Varnhagen, e o quadro da *Proclamação da Independência*, de Pedro Américo, se constituíram em documento-monumento da emergência do Brasil-nação, fabricados sob a ótica da continuidade e do culto ao poder monárquico, responsável pela emancipação. Para a memória nacional desejada e imposta ficava a fonte, a narrativa-ciência e o retrato.

O tipo de história do Brasil forjada por Varnhagen, logo, seria “*um operador, um intensificador de poder*” – para usar uma expressão de Michel

---

17 Cf. Oliveira, 1995, p. 195-208; Oliveira, 2002, p. 65-80.

Foucault (1999, p. 77). A sua história assumiria esta função legitimadora e dominadora, assim “*como os rituais, como as sagrações, como os funerais, como as cerimônias, como os relatos legendários*”.

A escolha da Independência como marco organizador do tempo da nação, numa linha de continuidade entre o passado colonial e o presente independente, ajudava a inventar uma tradição que não apenas legitimava um modelo de Estado, governo e identidade, mas também afastava “*as sombras que pairavam sobre a história portuguesa*”. Brasil e Portugal desfrutavam de um passado comum, mas viviam um presente marcado pelo estabelecimento de suas respectivas singularidades. No caso do Império brasileiro, havia a necessidade de se determinar as suas marcas como um Estado-nação independente. Segundo Valdeci Lopes de Araújo (2008, p. 156):

O estatuto desse passado muda, não há corresponder à experiência histórica das últimas décadas. A relação entre portugueses e brasileiros passa a ser referida ora como a de povos irmãos, ora como a relação entre mãe e filho. As distintas individualidades eram assim garantidas, sem que fosse necessário um movimento de ruptura mais radical. À medida que a década de 1840 avançava, com D. Pedro II à frente do Império, o sentimento antilusitano da década anterior perdia espaço, especialmente entre os grupos mais próximos do Paço, como era certamente o caso dos fundadores do IHGB.

Ao tomar como referência esta transformação da experiência do tempo a partir do evento de 7 de setembro de 1822, Varnhagen inventou a sua história geral para o Brasil. Ele coligiu e organizou os fragmentos documentais do passado produzindo uma narrativa da nação que explicasse, ou melhor, tornasse uma verdade seu presente: a de um Brasil independente, governado por uma Monarquia Constitucional, sob o reinado de D. Pedro II, herdeiro legítimo do trono por parte da casa dos Bragança – tendo como centro irradiador do poder e da civilização o Rio Janeiro.

De acordo com José Murilo de Carvalho (2008, p. 561-562), o Brasil no século XIX era mais uma aspiração do que uma realidade de fato e que sua história foi produzida quase que exclusivamente a partir do

centro político localizado na Corte. A hegemonia política e econômica do Rio de Janeiro, bem como o monopólio da produção intelectual do país, só perderia espaço a partir dos 1930:

É fácil demonstrar por que a história foi escrita no século XIX a partir do Rio de Janeiro. A capital nacionalizava a visão dos historiadores, não importando de onde viessem. Ela atraía a si não só a elite política, mas também os que ambicionassem uma carreira nas letras e nas artes. [...]. Assim é que praticamente todos os que escreveram histórias nacionais o fizeram na capital, dentro ou fora do IHGB, e valorizaram a unidade nacional.

Para legitimar uma identidade nacional unificada e centralizada, tendo ponto irradiador do poder e da civilização o Rio de Janeiro, adotou na construção da sua *Historia Geral do Brazil* três elementos que, segundo Ernest Renan (1823-1892), em seu famoso ensaio sobre o tema de 1882, constituiriam o princípio *espiritual* da unidade da nação: “1) *a possessão em comum de um rico legado de lembranças*; 2) *o desejo de viver em conjunto*; e 3) *a vontade de continuar a fazer valer a herança que receberam esses indivíduos*” (RENAN, 2006, p. 18).

Neste sentido, ele transformou os fatos do passado – a herança da colonização portuguesa na América –, forjou uma narrativa de conjunto que vislumbresse neste lugar do tempo a origem da nação e fez desta uma linha de continuidade entre a colônia e o império. A força desta herança iria, pela lógica do seu discurso, legitimar o tempo saquarema. Ao buscar desde os remotos tempos coloniais, o desejo pela ordem, unidade e centralização, confirmava as pretensões políticas de um governo que se instituía no Segundo Reinado.

Na exaltação das memórias do passado, no desejo por uma vida em conjunto e na perpetuação da herança estava a base constitutiva da comunidade imaginada denominada Brasil Imperial. Este era um processo em permanente escrita, invenção e embates de narrativas. Varnhagen tinha consciência disso, mesmo sabendo da força da sua obra, e não poucas vezes refez os caminhos da escrita e reescrita da sua *História Geral do Brazil* (2ª edição, 1877), bem como na produção de outros escritos como a “*Historia das lutas com os holandezes no Brazil desde 1624 a 1654*



(1872) e a *Historia da Independencia do Brasil, até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos occorridos em algumas províncias até essa data*” (1916).

A preocupação com a (re)escrita de uma história geral para a jovem nação dominava as suas memórias, biografias e notas nas páginas da *Revista do IHGB* e a sua correspondência ativa e passiva com consócios, amigos de letras e próprio Imperador.<sup>18</sup> Constituiria um capítulo à parte nas tramas e dilemas do autor, num intenso e doloroso embate com seus críticos e comentadores, no processo de revisão e anotação da segunda edição da sua *Historia Geral do Brazil*, publicada em 1877.<sup>19</sup>

## Referências

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

BARBOZA, Januário da Cunha. Relatório do Secretario Perpetuo na Segunda Sessão Publica Anniversaria, do dia 27 de novembro de 1840. *RIHGB*. Rio de Janeiro, t, 2 (Suplemento), p. 13-39, 1840.

BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *Da alteza Real ao Imperador: O Governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. D. João e as histórias dos Brasis. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, n. 56, p. 551-572, 2008.

CEZAR, Temístocles Américo. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaios sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*. São Paulo, v. 24, n. 2, p. 207-240, 2005.

\_\_\_\_\_. *Ser historiador no século XIX. O caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

COSTA, Wilma Peres. A Independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2005. p. 53-118.

DE DECCA, Edgar Salvadori. Cidadão, mostre-me a identidade! *Cadernos Cedes*. Campinas, v. 22, n. 58, p. 7-20, dez. 2002.

---

18 Cf. A correspondência ativa de Francisco Adolfo de Varnhagen, coligida por Clado Ribeiro de Lessa (1961).

19 Para saber alguns momentos deste processo de reescrita da *Historia Geral do Brazil* e as diversas modificações efetuadas pelo autor, cf. Oliveira, 2007, capítulo VI.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*, São Paulo, Martins Fontes, 1999.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, Rio de Janeiro, ano 156, n. 388, jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2003.

JANCSÓ, István; João PIMENTA, Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). *In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira*. v. I, São Paulo: Ed. SENAC; SESC, 2000. p. 127-175.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da união política. *Almanack Braziense*. São Paulo, n. 1, p. 8-26, mai. 2005.

\_\_\_\_\_. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MICELI, Paulo Celso. *O mito do herói nacional*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, Cecília Helena Salles de. O Espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 3, p. 195-208, 1995.

\_\_\_\_\_. O Museu Paulista da USP e a memória da Independência. *Cadernos Cedes*. Campinas, v. 22, n. 58, p. 65-80, dez. 2002.

OLIVEIRA, Laura Nogueira, *A palavra empenhada: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Tese (Doutorado em Letras: Estudos Literários). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

RENAN, Ernest, *O que é uma nação?* Revista Aulas, Dossiê Gênero, Subjetividades e Cultura Material. Campinas, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2006.

- RIBEIRO, Renilson Rosa. *O Brasil inventado pelo Visconde de Porto Seguro: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção do Brasil Colonial no Brasil Império (1838-1860)*. Cuiabá: Entrelinhas, 2015.
- RIBEIRO, Renilson Rosa; VALÉRIO, Mairon Escorsi. Para que serve a história ensinada? A guerra de narrativas, a celebração das identidades e a morte da política. *Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, v. 6, p. 39-52, 2013.
- SCHIAVINATTO, Iara Lis. A praça pública e a liturgia política. *Cadernos Cedes*. Campinas, v. 22, n. 58, p. 81-99, dez. 2002.
- SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e Nativismo: A História como “biografia da nação”*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SOUZA, Iara Liz Carvalho S. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo. 1780-1831*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- VALDETARO, Zina Maria de Teive e Argollo, “*Lições da Ciência do Belô*”: Os saquaremas e a conformação dos brasileiros. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência Ativa, coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.
- \_\_\_\_\_. *História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole: compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias*. RIHGB. Rio de Janeiro, v. 133, 1916.
- \_\_\_\_\_. *Historia das lutas com os holandeses no Brazil desde 1624 a 1654*. Nova edição melhorada e acrescentada. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1872.
- \_\_\_\_\_. Visconde de Porto Seguro, *Historia Geral do Brazil antes da sua separação e independencia de Portugal*. t. I, 2. ed., muito augmentada e melhorada. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, 1877.
- \_\_\_\_\_, *Historia Geral Brazil*, tomo I, Madrid, Imprensa da V. de Dominguez, 1854.
- \_\_\_\_\_, *Historia Geral Brazil*, tomo II, Madrid, Imprensa da V. de Dominguez, 1857.
- VIEIRA, Martha Victor. Varnhagen: um intelectual monarquista. *Revista Intellectus*. Rio de Janeiro, ano 5, v. II, p. 1-12, 2006.
- WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.